



Câmara dos Deputados

Comissão de Legislação Participativa

REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 1/2008

(Do Sr. Deputado Adão Preto)

Requer a realização de Audiência Pública para debater as sugestões das entidades representativas da sociedade civil sobre a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 233/2008, que altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências.

Requeiro desta Comissão de Legislação Participativa nos termos do Inciso III, do Art. 24 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública, para debater as sugestões das entidades representativas da sociedade civil sobre a PEC 233/2008, que trata da reforma tributária.

Para a presente Audiência Pública, solicito que sejam convidados, sem prejuízo de outros convites que se fizerem necessários, no caso da impossibilidade de comparecimento dos abaixo-relacionados:

- a) O nobre Deputado Antonio Palocci Filho, presidente da Comissão Especial da Reforma Tributária;
- b) O nobre Deputado Sandro Mabel, relator da PEC 233/2008;
- c) O Sr. Evilásio Salvador, da Coordenação do Fórum Brasil de Orçamento (FBO) e do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC);

d) O Sr. Daniel Cara, coordenador da Campanha Nacional pelo Direito à Educação;

e) O Sr. Clemente Ganz Lucio, diretor-técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE);

f) O Sr. Silvio Sant'Ana, representante da Pastoral da Criança da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Justificativa

A Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 233/2008 da reforma tributária, que já foi admitida na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, encontra-se agora na discussão de mérito na Comissão Especial. As entidades representativas da sociedade civil organizada estão extremamente preocupadas com as consequências da reforma tributária sobre o financiamento das políticas sociais no Brasil, pois altera de forma substancial a vinculação das fontes de financiamento exclusivas das políticas da seguridade social (previdência, saúde e assistência social), educação e trabalho.

A construção da proposta de reforma tributária, ao longo dos últimos 12 meses, incluiu uma ativa agenda de reuniões com os setores representativos do empresariado nacional, além de encontros com os governadores e prefeitos. O diálogo com o movimento social e sindical limitou-se às reuniões realizadas no âmbito do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), que trataram da reforma tributária. Assim, a proposta de reforma tributária é um reflexo do diversos interesses do setor empresarial e das questões federativas pautadas pelos governadores e prefeitos.

Neste sentido, um espaço importante de interlocução tem sido a Comissão de Legislação Participativa, que tem aberto caminho para o diálogo das entidades da sociedade civil com o parlamento brasileiro. A Câmara dos Deputados precisa abrir espaços de discussão com representantes da sociedade civil para, simultaneamente com o presidente da Comissão Especial e o relator da reforma tributária, ouvir e analisar as sugestões das entidades à proposta de reforma tributária. Por isso, achamos oportuno que o debate seja incluído na agenda da Comissão de Legislação Participativa, aprovando a realização dessa audiência pública.

Diante do exposto, conto com os nobres pares para a aprovação deste requerimento.

Sala da Comissões, junho de 2008.

Deputado Adão Pretto
Presidente